**Estudo sobre Competição Política e Performance Econômica. Evidências dos Estados Brasileiros**

**Paulo Moreira Marques[[1]](#footnote-1)**

**Resumo:** O presente trabalho visa adicionar alguns elementos na discussão dos efeitos da adoção do regime democrático, o único que possibilita a competição política, sobre a performance econômica das sociedades. São abordados os incentivos que possibilitam os grupos de interesse dentro da sociedade a bloquearem a adoção de políticas públicas eficientes e apresentados os dois meios pelos quais a competição política pode afetar a performance econômica, mais debatidos na literatura. Posteriormente, com o intuito de verificar os efeitos da competição política num ambiente institucionalmente controlado, um estudo empírico é realizado nos estados brasileiros durante as eleições de 1982-2006. Neste estudo, para mensurar competição política, foi utilizado um índice de concentração política nos estados brasileiros construído com base no trabalho de Ferraz e Finan (2009). Os resultados demonstram evidências de que a competição afeta a qualidade das políticas públicas e a performance econômica dos estados, porque grupos de interesses podem capturar o processo democrático, diminuindo, assim, a performance econômica.

**Palavras-chave:** Democracia, Competição Política, Performance Econômica

**Abstract:** This paper aims to shed lights on the effects of adoption of democratic regime, the only one that allows political competition, on the economic performance of societies. Addressing the incentives that allow interest groups within society to block the adoption of efficient public policies and present the two ways in which competition policy can affect economic performance, the most debated in the literature. Later, with the aim of investigating the effects of political competition, an empirical study of the effects of that is carried out in the Brazilian states during the elections from 1982 to 2006. In this study, to measure political competition, we used an index of political concentration in the Brazilian states built on Ferraz and Finan’s work (2009). The results show evidence that competition affects the quality of public policies and states economic performance, because interest groups can capture democratic process and therefore reduce economic performance.

**Keywords:** Democracy, Politic Competition, Economic Performance.

**Classificação JEL: D72, D78**

**Estudo sobre Competição Política e Performance Econômica. Evidências dos Estados Brasileiros**

**1. Introdução**

O regime democrático de governo é o único que possibilita a competição política na sua estrutura e essa, por sua vez, representa a sua principal característica de diferenciação com relação a outros regimes de governo. Diante dessa característica diversos estudos buscam verificar qual seria o melhor regime de governo para proporcionar um maior desenvolvimento econômico. De fato os estudos empíricos fornecem poucas evidências de que regimes autoritários são favoráveis a uma melhor performance econômica. No entanto, afirmar que exista algum conflito entre a liberdade que a competição política proporciona e a performance econômica através das evidências empíricas já observadas é ainda mais difícil (PRZEWORSKI, *et al.*, 1995 e BARRO, 1996).

Autores como Sen (1999, 2009) argumentam que a ausência de competição política está relacionada a um menor debate sobre as demandas de uma sociedade, uma vez que uma das principais características do regime democrático é justamente viabilizar uma discussão sobre essas demandas. Assim definir um regime como democrático apenas como um regime que possibilita eleições diretas e majoritárias não é correto, uma vez que outras características como o nível de competição política, a presença de uma imprensa livre e a existência de direitos políticos estão diretamente relacionados ao ambiente democrático (SEN, 1999, 2009). Logo entender como a competição política pode afetar o desempenho econômico ajuda a entender melhor os efeitos da adoção do regime democrático, já que as suas características são inter-relacionadas.

Dessa forma a maior concentração política observada, no estudo empírico deste trabalho, em alguns estados brasileiros pode estar refletindo um ambiente menos propício para a adoção de políticas eficientes pelos formuladores de políticas públicas, uma vez que grupos de interesse podem estar capturando o processo democrático através do bloqueio de políticas públicas eficientes. Diante dessa discussão este estudo fornece dados empíricos e uma argumentação que possa pender ainda mais a balança desse debate em favor dos efeitos positivos da competição política que o regime democrático proporciona.

Dentro dessa visão a literatura aponta que a competição política afeta o desempenho econômico através de dois meios principalmente. O primeiro consiste no fato de que uma maior competição política diminui o efeito do bloqueio à adoção de novas tecnologias (ou políticas públicas eficientes) dentro de uma sociedade possibilitando uma melhor performance econômica. Esse ponto é defendido e modelado nos trabalhos de Acemoglu e Robinson (2000) e Parente e Prescott (1999). O segundo meio é apontado principalmente pelo trabalho de Besley *et al.* (2006), no qual a competição política afeta a performance econômica através da alteração da qualidade dos políticos que assumem o poder.

## 2. Efeito Através do Bloqueio

Antes de discutir a ideia de que a ausência de competição política pode possibilitar o bloqueio de políticas eficientes, cabe primeiro analisar a relação entre os formuladores de políticas públicas e os grupos de interesse existentes dentro do mercado político, tendo em mente que essa análise possibilita uma melhor compreensão sobre os incentivos que estabelecem a relação.

Helpman e Grossman (2001) definem um grupo de interesse como sendo um grupo que deseja políticas que não seriam de interesse para a maioria dos cidadãos. Assim, qualquer grupo formado por uma minoria de cidadãos que compartilham as mesmas características identificáveis e preocupações em um grupo de questões (questões da agenda política), pode ser determinado como sendo um grupo de interesse. Com relação aos formuladores de políticas públicas, a exemplificação pode ser feita com políticos que estejam diretamente ou indiretamente relacionados com a formulação de políticas públicas, por exemplo, presidente, governadores, senadores e deputados.

### 2.1. Relação entre Grupos de Interesse e Políticos

No sistema democrático representativo a deliberação política necessita de dinheiro para ocorrer, em função de a disseminação da informação necessitar de subsídios, o que faz com que o dinheiro seja o meio através do qual a dominação ideológica possa se dar. Desse modo, para que os partidos políticos possam se manter e para que a competição política possa ser colocada em prática, há a necessidade do dinheiro, pois a competição por votos não poderia existir se não fossem os recursos materiais para convencer o eleitor (PIRONI, 2008). Dessa forma surge uma relação de interesse entre os donos do capital financeiro e os políticos que pode gerar dois efeitos. O primeiro, como citado acima, é o da promoção da competição política entre os partidos como consequência dos recursos arrecadados junto aos donos do capital. Já o segundo, é a possibilidade de corrupção que passa a existir devido à relação estreita dos incentivos existentes entre os financiadores de campanha e os políticos financiados (ZOVATTO, 2005). Esse último efeito, porém, pode provocar uma distorção da competição necessária no regime democrático porque desvirtua a relação um eleitor um voto.

Segundo Potters e Sloof (1996), existem fortes evidências de que grupos de interesse possuem a capacidade de afetar o processo de decisão política, devido aos incentivos existentes de ambos os lados. Enquanto o incentivo dos políticos está na necessidade de recursos para que possam estabelecer uma campanha competitiva, o incentivo dos financiadores está relacionado à necessidade de influenciar a formulação da agenda política após as eleições, pois essa pode afetá-los economicamente. Assim, diante desses incentivos, os financiadores de campanha adquirem um acesso privilegiado aos formuladores de políticas públicas possibilitando muitas vezes a corrupção. Na mesma linha de pensamento, Henisz e Zelner (2003) afirmam que as firmas não competem apenas no mercado de bens e produtos, mas também nos seus esforços na arena política para manipular regulação, leis, etc. Segundo eles, as consequências desse tipo de relação no ambiente político dependem dos interesses econômicos e das instituições, pois essas moldam a forma como os interesses desses grupos podem afetar a formulação de políticas públicas. Pironi (2008) conclui sobre essa relação afirmando que os grupos de interesse não estão necessariamente comprando votos, mas também não se pode negar a existência da utilização de sua influência nos casos em que os seus interesses estejam sendo atingidos.

Em síntese, podemos afirmar que ao mesmo tempo em que essa relação existente entre os financiadores de campanhas e os políticos estabelece a competição nas eleições ela também possibilita distorções que diminuem essa competição tanto nas eleições como no processo de deliberação das políticas públicas. Um jogo simples que pode ilustrar os incentivos existentes na relação entre grupos de interesse e os formuladores de políticas públicas é exposto na próxima seção. Nesse jogo as escolhas que estabelecem um equilíbrio são identificadas através de um sistema de crenças com relação à probabilidade de vitória do político nas eleições.

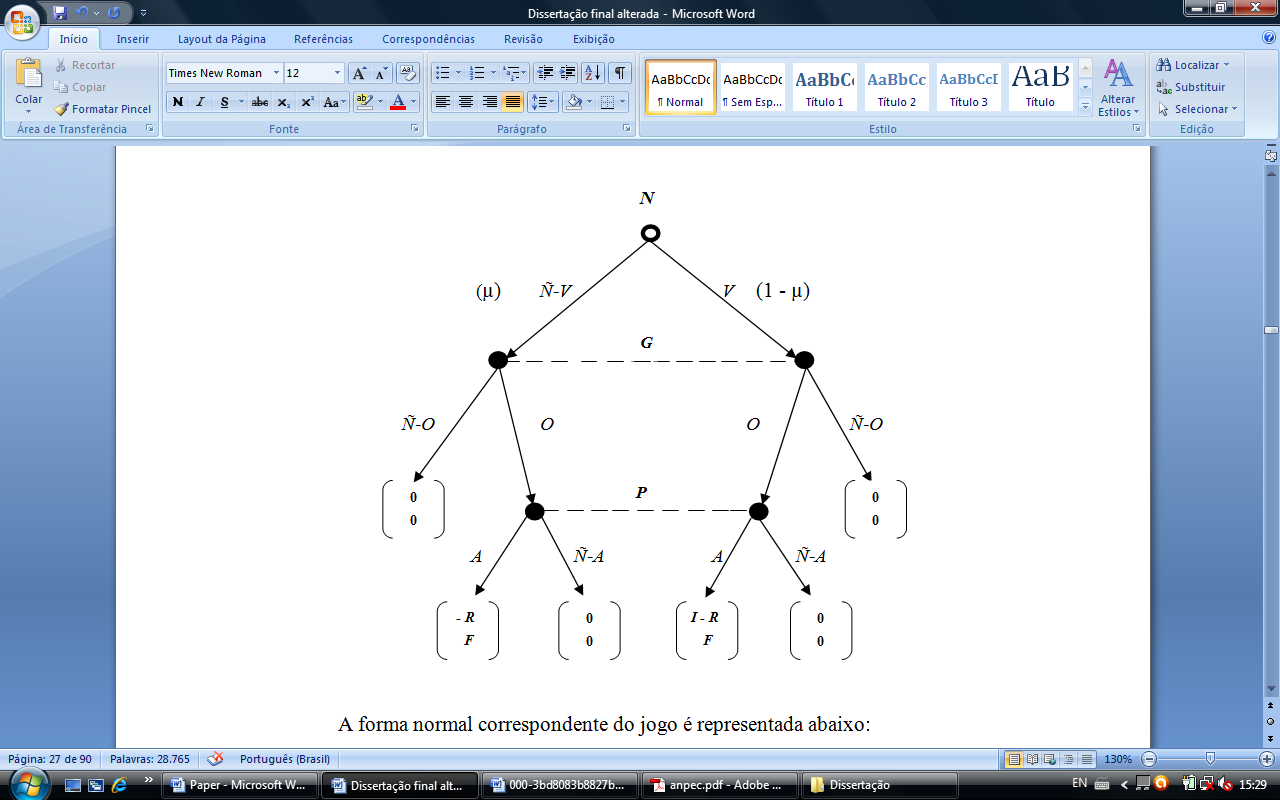
### 2.2 Jogo

Um jogo que ilustra a relação entre os grupos de interesse e os políticos pode demonstrar melhor os incentivos que estabelecem o comportamento de ambos os lados. Para definirmos esse jogo, há que se considerar a hipótese de que a escolha do político de aceitar ajuda financeira para campanhas e em troca ofertar uma maior influência para os grupos de interesse que o financiaram está relacionada apenas a sua relação com os grupos de interesse, tendo em vista que os eleitores não possuem a capacidade de identificar a oportunidade de corrupção existente entre esses dois grupos. Dessa forma, os políticos que não aceitam ou não tiveram uma proposta de financiamento de suas campanhas não conseguem se diferenciar diante dos eleitores daqueles políticos que aceitaram a oferta de financiamento. A segunda hipótese é que o jogo estabelecido entre o político e o grupo de interesse é independente da relação estabelecida entre esse mesmo político e os demais grupos de interesse da sociedade.

O jogo é formulado em um ambiente de informação incompleta no qual os políticos conhecem as necessidades dos grupos de interesse e estes por sua vez também conhecem as necessidades de financiamento de campanha dos políticos. A letra *G* representa o grupo de interesse que escolhe entre oferecer (*O*) ou não oferecer (*Ñ-O*) recursos para os políticos durante a campanha eleitoral diante da probabilidade do candidato vencer ou não as eleições. A letra *P* representa o político que é candidato a um cargo público e que deve escolher se aceita ou não os recursos oferecidos pelo grupo de interesse. Ambos os jogadores não possuem conhecimento de quem vencerá as eleições e por isso é um jogo de informação incompleta. O jogador *N*, a natureza, representa um fenômeno aleatório no qual a probabilidade do político não vencer (*Ñ-V*) as eleições é representada por µ e de vencer (*V*) por 1-µ. A probabilidade de vencer as eleições (1-µ) é a mesma para ambos os jogadores, ou seja, eles possuem o mesmo conhecimento sobre as chances de vitória nas eleições. Outra hipótese desse jogo é que o ganho do grupo de interesse devido à influência sobre os políticos financiados que vencem as eleições, definido como *I*, é sempre maior do que o custo dos recursos disponibilizados para o político na campanha, definido como *R*.

Desse modo, se o grupo de interesse não oferece o financiamento *R* e o político não vence as eleições o *payoff* do grupo de interesse é igual azero, pois ele não recebe nenhum benefício. Caso o grupo de interesse ofereça os recursos *R* e o político aceite (*A*), mas ele não vença as eleições o *payoff* do grupo de interesse será *–R*, pois o político não venceu, não podendo então ofertar as demandas do grupo de interesse, e gastou *R* em recursos para o financiamento da campanha. Nessa situação, se o político aceita os recursos *R* ele recebe uma quantidade *F* adicional de votos, que representa os votos conquistados através do uso dos recursos *R* ofertado pelo grupo de interesse. Contudo, se o grupo oferece os recursos, mas o político não aceita (*Ñ-A*) e não vence as eleições, o *payoff* do grupo de interesse serázero, pois ele não recebe nenhum benefício. O *payoff* do político, nessa situação, é igual a zero também, já que ele não recebeu votos adicionais.

Por outro lado, se o político vence as eleições e o grupo de interesse oferece os recursos *R* e o político aceita então o *payoff* do grupo de interesse será *I-R*, pois o grupo de interesse gasta *R* em recursos e recebe *I* de benefícios quando o político vence as eleições. Quando o grupo de interesse oferece, mas o político não aceita os recursos *R*, o *payoff* do grupo de interesse éigual a zero, já que o político venceu e ele deixou de receber os benefícios que estes são capazes de ofertar quando vencem as eleições. Já se o grupo de interesse não oferece os recursos, mas o político vence as eleições, o seu *payoff* será também igual a zero, pois ele deixa de receber os mesmos benéficos. A forma extensiva desse jogo pode ser observada abaixo:

**

A forma normal correspondente do jogo é representada abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Político | |
| Grupo de Interesse |  | *Ñ-A* | *A* |
| *Ñ-O* | 0, 0 | 0, 0 |
| *O* | 0, 0 | *I(1-µ) – R, F* |

Esse jogo possui dois equilíbrios de Nash. O primeiro equilíbrio de Nash é o perfil de estratégias (*Ñ-O,Ñ-A*) que independente de qualquer sistema de crenças sobre a probabilidade de vencer as eleições será um equilíbrio. O segundo equilíbrio só pode ser definido através de um perfil de estratégias e um sistema de crenças que seja compatível com o conceito de Equilíbrio Bayesiano Perfeito. Como não existe um equilíbrio perfeito em subjogos em estratégias puras nesse jogo, já que o único subjogo é o próprio jogo, devemos definir um Equilíbrio Bayesiano Perfeito (EBP) para encontrarmos o segundo equilíbrio de Nash. Com a utilização desse conceito de EBP podemos definir o perfil de estratégia ((*O,A*),*µ*) como sendo um equilíbrio de Nash. Se o grupo de interesse atribui uma probabilidade de vitória para o político (1-*µ*) ≥ *R*/*I*, então a utilidade esperada do grupo de interesse de oferecer recursos é maior do que a utilidade esperada de não oferecer. Logo, sendo (1-*µ*) ≥ *R*/*I* , esse grupo oferece os recursos para o político e este aceita, pois para o político é sempre melhor aceitar do que não aceitar o financiamento de campanha. Para *µ ≤* (*I-R*)/*I,* o perfil de estratégia ((*O,A*),*µ*) é um EBP, sendo assim ((*O,A*),*µ*) é um equilíbrio de Nash. Quanto maior for a diferença *R-I* menor precisa ser a probabilidade de vitória do político para que a estratégia ((*O,A*),*µ*) seja um equilíbrio de Nash. Em outras palavras, se a probabilidade de vencer do político for muito alta a razão *R*/*I* também pode ser alta, ou seja, a diferença *R-I* pode ser pequena para estabelecer o equilíbrio, já que o valor de *R* pode estar próximo de *I*.

Sendo assim se a competição política é baixa a probabilidade de o político vencer tende a ser alta, logo com um valor (1-*µ*) alto um maior número de grupos de interesse estabelece a estratégia de equilíbrio ((*O,A*),*µ*) com o político, pois a razão *R*/*I* também pode ser alta para que a estratégia ((*O,A*),*µ*) seja um equilíbrio de Nash, uma vez que a relação entre o custo *R* e o benefício *I* não precisa ser grande para que a estratégia ((*O,A*),*µ*) seja estabelecida. Dessa forma uma probabilidade alta de vencer aumenta o número de relações possíveis entre o político e os grupos de interesse na sociedade o que aumenta a probabilidade de bloqueio à adoção de políticas públicas eficientes se estas políticas forem contrárias aos interesses desses grupos.

O equilíbrio de Nash (*Ñ-O,Ñ-A*) sempre será um equilíbrio independente da probabilidade do candidato ganhar a eleição, ou seja, a possibilidade de não contribuir e não aceitar é sempre um equilíbrio. Contudo, quando supomos que existem outros jogadores dentro desse mesmo mercado, esse equilíbrio pode não representar a melhor estratégia devido à possibilidade da perda de competição dos grupos de interesse no seu mercado e dos políticos no mercado político.

Com esse jogo podemos observar que existem fortes incentivos para que exista uma relação entre os grupos de interesse e os políticos e que esta relação pode afetar a decisão dos políticos na escolha de políticas eficientes, mesmo diante da incerteza sobre o resultado das eleições. Negar esses incentivos demonstrados no jogo poderia significar um insucesso na vida política, devido ao aumento nas dificuldades de se eleger, e uma menor performance do grupo de interesse no seu setor produtivo da economia que está diretamente ligado ao mercado político.

### 2.3. Bloqueio

Após a demonstração de que existem incentivos no regime democrático para que exista uma relação entre grupos de interesses e os políticos formuladores de políticas públicas, e que uma baixa competitividade política possibilita que um número maior de grupos de interesse se relacione ao poder, passemos a discutir o trabalho de Acemoglu e Robinson (2000), no qual grupos de interesse, na ausência de uma competição política, são capazes de bloquear a adoção de novas tecnologias devido as suas ligações com os formuladores de políticas públicas. Nesse trabalho os autores descrevem os incentivos que levam um grupo de interesse dentro da sociedade a bloquear políticas públicas eficientes (nesse caso novas tecnologias). Segundo eles mesmo uma tecnologia sendo obviamente muito boa nem sempre ela é adquirida de forma uniforme entre os países. O motivo seria que falhas institucionais possibilitam que grupos de interesse ligados ao poder bloqueiem a adoção de novas tecnologias para proteger os seus interesses. A justificativa para eles adotarem esse tipo de comportamento (bloquear) está na ameaça que uma nova tecnologia pode apresentar ao possibilitar uma mudança na distribuição do poder. Segundo Acemoglu e Robinson a adoção de inovações frequentemente diminui a influência das elites dominantes e aumenta a probabilidade de serem substituídas no poder, pois o poder econômico está relacionado ao poder político e as inovações possibilitam que um novo grupo da sociedade adquira o poder econômico. Diante disso, o grupo no poder tem incentivos para bloquear a adoção de uma nova política pública, o que impede as sociedades de adquirirem novas tecnologias que promovam o crescimento.

Esse poder de monopólio que possibilita o bloqueio de novas tecnologias por parte de alguns grupos de interesse também é analisado por Parente e Prescott (1999) sobre uma perspectiva semelhante. Segundo os autores, um país pobre é pobre porque utiliza uma tecnologia inferior. Resultado da capacidade de monopólios do setor produtivo bloquearem a adoção de novas tecnologias diante da ameaça que essas podem representar. Parente e Prescott estimaram que a eliminação dessas barreiras poderia dobrar ou triplicar o produto da economia americana, sem o acréscimo de insumos adicionais.

Diante disso, a competição política que o regime democrático proporciona, aumentando a alternância no poder assim como a discussão sobre as demandas de uma sociedade, estabelece um mecanismo institucional importante para diminuir a probabilidade de que uma política pública demandada por grupos significativos dentro de uma sociedade sejam bloqueadas constantemente, o que certamente suaviza o efeito negativo do bloqueio.

## 3. Efeito Através da Qualidade

Existem estudos que, embora também reconheçam a importância dos incentivos sobre a adoção de boas políticas, atribuem uma maior importância para as qualidades dos políticos como honestidade, integridade e competência (CHAMOM *et al.*, 2008; FERRAZ e FINAN, 2008; PADOVANO e RICCIUTI, 2008; ASHWORTH *et al.*, 2007; BESLEY *et al.*, 2005, BESLEY *et al.*, 2006; GARCIA-VEJA e HERCE, 2005). Segundo eles essas características seriam relevantes para a adoção de boas políticas, especialmente em ambientes onde os políticos se deparam com poucas restrições institucionais (BESLEY *et al.*, 2005).

Num trabalho interessante, que gerou uma série de estudos relacionados posteriormente, Besley *et al.* (2006) estudam a competição política em alguns estados do sul dos Estados Unidos e argumentam que uma mudança na competição política nessa região foi crucial para uma melhor performance econômica. No modelo analítico Besley *et al.* (2006) defenderam a ideia de que uma maior competição aumenta o grau de qualidade dos políticos escolhidos pelos partidos para concorrer às eleições e isso afeta positivamente a performance econômica. Contudo, Besley *et al.* (2006) não mensuram diretamente a relação entre a qualidade dos políticos e a performance econômica na sua análise empírica. Para corroborar a hipótese de que existe uma alteração da qualidade dos políticos devido a uma mudança da competição do mercado político eles testam essa relação apenas de forma indireta e relacionada ao desempenho econômico de cada governador, mas não verificam diretamente a tendência de um político ser mais ou menos corrupto diante de uma variação na competição.

Outros trabalhos seguindo o modelo analítico de Besley *et al.* (2006) também encontraram resultados nos quais uma maior competição política afetou positivamente a performance econômica, não obstante, também não foram capazes de determinar uma relação direta entre um aumento da competição política e o aumento da qualidade dos políticos. Padovano e Ricciuti (2008), num estudo em regiões subnacionais da Itália, Ashworth *et al.* (2007), que analisou os efeitos da competição política nos municípios da Bélgica e Garcia-Veja e Herce (2005), que, embora, tenha utilizado um modelo analítico diferente do de Besley *et al.* (2006) num estudo nas regiões da Espanha, encontraram resultados que corroboram a ideia de que competição política afeta o desempenho econômico, contudo, nenhum desses estudos conseguiu um evidência direta de que esse efeito estaria relacionado ao aumento da qualidade dos políticos devido a uma maior competição política.

**4. Caso Brasileiro**

Após essa discussão sobre competição política e performance econômica e os meios pelos quais essa relação pode existir, passamos a exposição de um estudo empírico dos efeitos da competição política nos estados brasileiros que fornece evidências de que uma maior concentração política (permanência de um mesmo grupo no poder) afeta negativamente a performance econômica, pois grupos de interesse podem capturar o processo democrático e impedir a implementação de políticas eficientes, ou seja, esses grupos de interesse podem bloquear a escolha dessas políticas.

O Brasil, com os seus 25 anos de democracia consolidada, é relativamente aos países democráticos mais antigos uma democracia recente. Embora tenha iniciado a sua experiência democrática no início do século XX, na República Velha, a história democrática do Brasil foi interrompida por diversos períodos ditatoriais e, por isso, nunca foi possível avaliar os efeitos da competição política sobre um período democrático estável tão longo como esses últimos 25 anos de regime democrático. Assim torna-se interessante a avaliação dos efeitos da competição política durante esse período sobre as diversas regiões do Brasil.

Alguns autores, como Chamon *et al.* (2008), Ferraz e Finan (2009), Mueller *et al.* (2010), Summerhill (2010) e Naritomi *et al.* (2007) analisam os efeitos da competição política sobre algumas variáveis de desempenho econômico em ambientes políticos municipais e estaduais. Trabalhos, como, o de Chamon *et al.* (2008), Ferraz e Finan (2009) e Mueller *et al.* (2010) demonstram empiricamente, seja nos estados ou municípios, que existe uma relação positiva entre competição política e desempenho econômico. Como o trabalho de Ferraz e Finan (2009) possui uma importância para o posterior esboço empírico deste trabalho, esse será descrito mais detalhadamente a seguir.

Seguindo a ideia de que as elites podem capturar o processo democrático gerando bloqueios à adoção de políticas eficientes para a sociedade, assim como Acemoglu e Robinson (2000) e Parente e Prescott (1999) argumentaram, os autores analisam os efeitos da persistência de famílias no poder nos municípios do Brasil no período de 1947 a 2000. Eles mensuram essa persistência através de um índice *Herfindahl* de concentração política[[2]](#footnote-2) que leva em consideração o sobrenome dos prefeitos. Como no Brasil é comum que as pessoas tenham dois sobrenomes, sendo o primeiro tipicamente originário da família da mãe e o segundo originário da família do pai, os autores assumem que os prefeitos dos municípios que possuem pelo menos um sobrenome em comum pertencem ao mesmo grupo familiar. Através da determinação dessa relação entre os prefeitos foi possível construir um índice de concentração política nos municípios durante o período estudado.

Ferraz e Finan (2009) verificam através do seu estudo empírico que os municípios[[3]](#footnote-3) que têm o poder político historicamente concentrado nas mãos de algumas famílias possuem um menor produto per capita, são menos industrializados e estão relacionados a um menor desenvolvimento social (menor expectativa de vida, menor escolaridade e um alto índice de mortalidade infantil).

## 4.1. Análise Empírica

De maneira geral os estados brasileiros demonstram uma grande similaridade com respeito a suas características institucionais. As regras eleitorais nas eleições para governadores são idênticas em todos os estados e mesmo com essa semelhança institucional os 27 estados brasileiros são extremamente diferentes com relação a suas economias e produtos políticos. Diante dessas mesmas características institucionais o que poderia levar os estados a possuírem diferentes produtos das políticas adotadas por seus governantes? Como Mueller *et al.* (2010) afirmam, outros aspectos econômicos como, por exemplo, o estoque de investimentos, o nível de integração econômica com outros estados e o mercado internacional e investimentos estrangeiros, possuem um papel importante na economia e nos produtos das políticas adotadas pelos governadores. Contudo, um dos objetivos deste trabalho é demonstrar empiricamente que a competição política no nível estadual exerce um papel fundamental na performance econômica e no produto das políticas públicas dos estados e que esse efeito está relacionado ao fato de que uma maior competição pode diminuir a capacidade das elites de capturar o processo democrático e gerar bloqueios assim como os incentivos no jogo previram.

A análise empírica buscou relacionar a competição política nas eleições para governador dos estados brasileiros com algumas variáveis de desempenho econômico. Para esse estudo foram elaboradas três variáveis de competição política. Os dados abrangem as sete primeiras eleições democráticas para governador dos estados após o regime ditatorial, ou seja, as eleições de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

### 4.2. Mensurando Competição Política

Como o intuito do estudo empírico é verificar a relação entre competição política e desenvolvimento econômico no presente trabalho elaborou-se duas diferentes variáveis para mensurar a competição política nos estados brasileiros utilizando um painel durante o período de 1982 a 2006.

A primeira e mais simples dessas variáveis independentes é o número de candidatos que disputaram as eleições em cada estado brasileiro, ou seja, quanto maior o número de candidatos disputando uma determinada eleição maior é a competição política naquela eleição estadual.

A segunda variável independente foi elaborada com base no trabalho de Ferraz e Finan (2009) no qual foi formulado um índice *Herfindahl* de concentração política para os municípios. Neste trabalho esse índice de concentração foi construído com base na relação política entre os governadores de diferentes períodos em cada estado brasileiro. Ou seja, o índice de concentração política nos estados levou em consideração, em um determinado período, um estudo da relação política existente entre todos os governadores eleitos desde 1982. Desse modo, foi possível verificar o grau de permanência de um mesmo grupo político no poder através do índice *Herfindahl* de concentração política. O *Het*(índice *Herfindahl* de concentração política estadual) é definido da seguinte forma:

*Het* =

Grandes valores desse índice correspondem a uma alta concentração política no poder no período *t* e no estado *e*. Numa situação hipotética o índice *Het* teria uma concentração máxima igual a 1 quando um mesmo grupo permaneceu no poder todas as eleições. Uma versão normalizada desse índice também foi utilizada:

*H\*et* =

Nessa normalização o Nc representa número de candidatos a governador nas eleições estaduais no período *t* e no estado *e*. Esse índice normalizado tem a vantagem de estar limitado no intervalo (0, 1).

Para observar se um governador eleito em determinado estado estava relacionado aos governadores anteriores diversas características foram observadas como, por exemplo, o partido a qual cada governador pertence e as coligações em cada eleição; se o governador no período *t* era vice-governador do governador no período *t-1*; se o governador no período *t* era aliado historicamente do governador no período *t-1*, *t-2*, *t-3*, e assim sucessivamente até o primeiro período (1982);e qual candidatura o governador do período *t-1* apoiou nas eleições do período *t*. Essas características foram controladas pela mudança de partido pelos políticos e pela extinção ou fusão partidária. Desse modo foi possível elaborar quais governadores pertenciam ao mesmo grupo político e assim o índice *Herfindahl* de concentração política pode ser calculado. Um alto valor desse índice indica uma alta concentração e consequentemente uma menor competição política nas eleições para governador dos estados brasileiros. Uma exposição mais detalhada da formulação dessa variável é apresentada no apêndice 2 deste trabalho.

Como as eleições de 1982 nos estados foram estabelecidas após um longo período de ditadura no qual os governadores eram nomeados por um governo militar o índice não deixou de representar o nível de concentração já nas eleições de 1982, uma vez que os estados nos quais o PDS (Partido Democrático Social)[[4]](#footnote-4) foi vitorioso nas eleições para governador o índice *Het* relativo a esses estados tem o valor máximo igual a 1, o que representa a continuação do mesmo grupo político que se estabeleceu durante todo o período da ditadura militar, já que o PDS (antigo ARENA) representava o grupo político que sustentou o governo militar. Nessa eleição a vitória do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em alguns estados representou uma alteração do grupo estabelecido no poder desde o início da ditadura militar (1964), uma vez que o PMDB originou-se principalmente do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que representava a oposição no regime militar. Assim o índice *Het* é capaz de representar o nível de concentração de forma correta já no primeiro período avaliado (eleições de 1982).

Como variáveis independentes de controle da regressão foram utilizadas a média do PIB Estadual per capita[[5]](#footnote-5) e do índice de Gini[[6]](#footnote-6) dos quatro anos de governo em cada estado após cada eleição. Também foi utilizada uma *dummy* para controlar a relação entre o governo estadual e o governo federal. Para um valor igual a um a *dummy* significa que o governo estadual pertence a um partido que está ligado ao governo federal, e zero caso contrário (represente um partido de oposição). Outra variável de controle utilizada foi a latitude geográfica das capitais dos estados, como uma variável de controle geográfico, e a relação dessa com as variáveis de competição política.

Antes de darmos continuidade a nossa discussão é importante que seja explicado o objetivo da escolha da interação entre as variáveis independentes de competição política e a latitude da capital dos estados como variável explicativa nas regressões. Mueller *et al.* (2010) observa que a competição política nem sempre gera um efeito positivo sobre a performance econômica, uma vez que os efeitos dessa competição dependem do nível de desenvolvimento das instituições no qual essa competição se estabelece. Tendo em mente esse efeito não linear da competição política, uma variável de controle geográfico (latitude das capitais de cada estado) é utilizada para avaliar se o efeito da competição política se diferencia entre as regiões no Brasil. Para isso é utilizada uma variável que represente a interação entre latitude e as variáveis de competição política. Com essa variável foi possível observar os diferentes efeitos das variáveis de competição política nas regiões brasileiras, por exemplo, se o efeito da variável de competição política sobre as variáveis dependentes é maior ou menor conforme a variação da latitude dos estados.

### 4.3. Variáveis Dependentes

Obedecendo às restrições com relação à disponibilidade de dados no período analisado, foram escolhidas algumas variáveis dependentes possíveis de descrever a performance econômica dos estados e a eficiência das políticas adotadas pelos governos estaduais. Como variáveis dependentes foram utilizadas a taxa de pobreza[[7]](#footnote-7), o percentual médio dos domicílios com água encanada[[8]](#footnote-8), anos de estudo da população com mais de 25 anos[[9]](#footnote-9) e a taxa de analfabetismo[[10]](#footnote-10). Diante do objetivo de avaliar os efeitos da competição política em cada eleição todas as variáveis dependentes foram calculadas com base na média dos valores anuais nos quatro anos posteriores a cada eleição. Desse modo foi possível evitar o impacto de algumas flutuações ocasionadas por fatores não observáveis que possam ter ocorrido no período.

Entre as variáveis dependentes a taxa de pobreza tem como objetivo verificar o impacto da competição política sobre a performance econômica enquanto as variáveis dependentes anos de estudo, taxa de analfabetismo e percentual de domicílios com água visam observar o impacto da competição política sobre a qualidade das políticas adotadas pelos políticos e a oferta de bens públicos à população.

Em seguida essas variáveis dependentes foram diferenciadas com relação à taxa de pobreza nacional, o percentual nacional de domicílios com água encanada, a média nacional de anos de estudo da população e a taxa nacional de analfabetismo. Todas essas variáveis de âmbito nacional também foram calculadas levando-se em consideração a média nacional dos quatro anos posteriores a cada eleição. Assim, quatro novas variáveis foram estabelecidas: a diferença da média da taxa de pobreza estadual com relação à média da taxa de pobreza nacional; a diferença do percentual estadual de domicílios com água encanada com relação ao percentual nacional; a diferença da média estadual de anos de estudos com relação à média nacional e a diferença da taxa estadual de analfabetismo com relação à taxa de analfabetismo nacional. O objetivo ao criar essas novas variáveis dependentes foi isolar a relação entre os efeitos da competição política e o desempenho e a qualidade das políticas estaduais adotadas, pois nesse caso controlam-se as variáveis dependentes com relação às variações nacionais em cada período analisado.

Um ponto importante que também deve ser abordado com relação às variáveis dependentes é a importância do papel dos governadores no desempenho dessas variáveis. Nenhuma das variáveis escolhidas representa competência administrativa exclusiva[[11]](#footnote-11) da União, mas sim uma competência comum aos entes federados. O combate às causas da pobreza, promover a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico e estabelecer os meios de acesso à educação são todas competências administrativas comuns a todos os entes da federação, segundo a Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2002).

Já a escolha do percentual de domicílios com água encanada como variável dependente está relacionada ao fato de que a oferta desse tipo de serviço é realizada por companhias estaduais de distribuição de água e esgoto, o que torna essa variável diretamente relacionada à eficiência das políticas estaduais. Como cada estado brasileiro possui uma empresa pública responsável pelo saneamento básico, os governos estaduais exercem uma influência direta nas políticas dessas empresas públicas, uma vez que esses escolhem os seus dirigentes.

### 

### 4.4. Resultados das Regressões

O estudo empírico foi realizado através de um painel com os 27 estados brasileiros durante as sete primeiras eleições estaduais após o regime militar. Esse painel forneceu um total de 179 observações. A estimação foi realizada controlando-se por *fixed effects* e as oito variáveis dependentes foram regredidas com cada uma das quatro variáveis que mensuram o nível de competição política em cada eleição.

Na tabela número 1 as variáveis dependentes relacionadas ao desempenho econômico do estado e a qualidade da oferta de bens públicos foram regredidas com a variável independente *Het* (índice *Herfindahl* de concentração política). Como o índice *Herfindahl* normalizado não mostrou uma diferença significativa com relação aos resultados do índice não normalizado, apenas os resultados referentes ao índice não normalizado serão apresentados.

A tabela 1 está dividida em dois painéis, na qual o primeiro (painel A) representa as variáveis dependentes relacionadas apenas às médias estaduais e o segundo (painel B) as variáveis dependentes estabelecidas pela diferença entre as médias estaduais e nacionais de cada período. Na coluna (1) do painel A, por exemplo, a variável dependente é a diferença entre a taxa média de pobreza do estado e a taxa média de pobreza nacional.

No painel A as variáveis dependentes foram regredidas utilizando-se *fixed effects* e *random effects*, já que este último método possibilitou utilizar a latitude como variável de controle geográfico. Na coluna (1), a variável dependente taxa de pobreza média do estado, que está relacionada ao desenvolvimento econômico, é regredida com a variável *Het*. O valor do coeficiente de*Het* mostrou-se significativo a 1% e com o sinal esperado. Dessa forma uma maior concentração política é relacionada a uma maior taxa de pobreza média nos estados; em outras palavras, uma menor competição política está correlacionada a uma maior taxa de pobreza. Nessa mesma regressão as variáveis independentes de controle *Het*\*Latitude, Pib per capita e Gini, também têm o sinal esperado e são significativas a 1%. O valor de 0.65 do *within-R2* indica que as quatro variáveis independentes explicam grande parte da variação da taxa de pobreza média. Na coluna (2) utilizou-se *random effects* para empregar uma variável de controle geográfico; contudo, esta não se mostrou significativa.

Nas colunas (3), (4), (5), (6), (7) e (8) as variáveis dependentes relacionadas à qualidade da oferta de bens públicos, porcentagem de domicílios com água, anos de estudo e taxa de analfabetismo, são regredidas também com a variável independente *Het* utilizando *fixed effects* e *random effects.* Os coeficientes de *Het* são significativos a 1% e têm o sinal correto com relação a todas as variáveis dependentes. A variável de controle Gini é significativa em todas as regressões e com o sinal esperado; já a variável de controle Pib per capita só não foi significativa com relação à taxa de analfabetismo (coluna (7)). Esses resultados mostram que a variável *Het* está correlacionada com a qualidade da oferta de bens públicos pelos governantes, ou seja, uma maior competição política nos estados está relacionada a uma maior taxa de domicílios com água, a uma maior quantidade de anos de estudos e a uma menor taxa de analfabetismo.

**Tabela 1 – Índice *Herfindahl* de Concentração Política**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | *Variáveis Dependentes* | | | | | | | | | | | |
| **Painel A** | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | | (6) | | (7) | | (8) | |
|  | % Pobreza Média | % Pobreza Média | % Domic. com Água | % Domic. com Água | | Anos de Estudo | | Anos de Estudo | | % Analf. | | % Analf. |
| *Het* | 18.77  (6.14)\*\*\* | 32.85  (6.77)\*\*\* | -0.40  (-7.02)\*\*\* | -0.52  (-6.21)\*\*\* | | -2.57  (-6.85)\*\*\* | | -2.59  (-4.87)\*\*\* | | 18.42  (7.62)\*\*\* | | 28.21  (6.97)\*\*\* |
| *Het*\*Latitude | \_ | -1.01  (-3.32)\*\*\* | \_ | 0.01  (2.37)\*\* | | \_ | | 0.01  (0.43) | | \_ | | -0.84  (-3.27)\*\*\* |
| Latitude | \_ | -0,05  (-0.23) | \_ | -0.00  (-0.78) | | \_ | | -0.04  (-2.07)\*\* | | \_ | | 0.28  (1.59) |
| Pib per capita | -1.68  (-4.30)\*\*\* | -1.89  (-6.49)\*\*\* | 0.01  (2.04)\*\* | 0.02  (5.00)\*\*\* | | 0.21  (4.51)\*\*\* | | 0.28  (10.67)\*\*\* | | -0.47  (-1.54) | | -0.99  (-4.29)\*\*\* |
| Gini | 187.58  (10.35)\*\*\* | 195.38  (12.23)\*\*\* | -1.65  (-4.84)\*\*\* | -1.76  (-6.44)\*\*\* | | -12.61  (-5.67)\*\*\* | | -12.44  (-7.21)\*\*\* | | 55.50  (3.87)\*\*\* | | 77.92  (5.88)\*\*\* |
| Constante | -66.70  (-5.85)\*\*\* | -70.55  (-6.89)\*\*\* | 1.81  (8.43)\*\*\* | 1.85  (10.75)\*\*\* | | 12.65  (9.04)\*\*\* | | 12.71  (11.75)\*\*\* | | -21.37  (-2.37)\*\*\* | | -34.97  (-4.15)\*\*\* |
| Método | *Fixed*  *Effects*  7 períodos, 27 estados | *Random*  *Effects*  7 períodos, 27 estados | *Fixed*  *Effects*  7 períodos, 27 estados | *Random*  *Effects*  7 períodos, 27 estados | | *Fixed Effects*  7 períodos, 27 estados | | *Random*  *Effects*  7 períodos, 27 estados | | *Fixed Effects*  7 períodos, 27 estados | | *Random*  *Effects*  7 períodos, 27 estados |
| Período | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | | 1982-2006  Com intervalos | | 1982-2006  Com intervalos | | 1982-2006  Com intervalos | | 1982-2006  Com intervalos |
| Observações | 179 | 179 | 179 | 179 | | 179 | | 179 | | 179 | | 179 |
| *R-squared (within)* | 0.62 | 0.65 | 0.41 | 0.43 | | 0.51 | | 0.50 | | 0.39 | | 0.42 |
| **Painel B** | (1) | (2) | (3) | (4) | | (5) | | (6) | | (7) | | (8) |
| Diferença  (Taxa de Pobreza) | Diferença  (Taxa de Pobreza) | Diferença (% Domic. com Água) | Diferença (% Domic. com Água) | | Difer.  (Anos de Estudo) | | Difer.  (Anos de Estudo) | | Difer.  (Taxa de Analf.) | | Difer. (Taxa de Analf.) |
| *Het* | 17.43  (4.13)\*\*\* | 16.55  (2.27)\*\* | -0.31  (-5.71)\*\*\* | -0.32  (-3.62)\*\*\* | | -0.30  (-0.94) | | 0.17  (0.30) | | 19.11  (6.79)\*\*\* | | 11.14  (2.34)\*\* |
| *Het*\*Latitude | -0.86  (-3.29)\*\*\* | -1.04  (-2.17)\*\* | 0.01  (4.27)\*\*\* | 0.02  (3.43)\*\*\* | | 0.01  (0.85) | | -0.00  (-0.11) | | -0.92  (-5.26)\*\*\* | | -0.72  (-2.30)\*\* |
| Latitude | -0.67  (-3.07)\*\*\* | -0.60  (-2.00)\*\* | 0.00  (0.65) | -0.00  (-0.26) | | 0.02  (1.41) | | 0.03  (1.54) | | 0.03  (0.21) | | -0.07  (-0.37) |
| Pib per capita | -0.30  (-1.12) | -0.33  (-1.23) | 0.00  (2.47)\*\* | 0.00  (2.50)\*\* | | 0.08  (3.86)\*\*\* | | 0.08  (3.91)\*\*\* | | -0.17  (-0.94) | | -0.26  (-1.48) |
| Gini | 87.72  (6.27)\*\*\* | 86.80  (5.74)\*\*\* | -0.70  (-3.81)\*\*\* | -0.82  (-4.25)\*\*\* | | -0.01  (-0.01) | | -0.68  (-0.57) | | 20.57  (2.20)\*\* | | 32.59  (3.31)\*\*\* |
| Governo ligado ao partido do Presidente | \_ | -0.51  (-0.55) | \_ | -0.00  (-0.14) | | \_ | | 0.14  (1.95)\*\* | | \_ | | -0.45  (-0.75) |
| Constante | -37.96  (-4.16)\*\*\* | -35.93  (-3.66)\*\*\* | 0.34  (2.88)\*\*\* | 0.41  (3.33)\*\*\* | | -1.00  (-1.42) | | -1.05  (-1.36) | | -12.78  (-2.09)\*\* | | -14.43  (-2.26)\*\* |
| Método | *Random Effects*  7 períodos, 27 estados | *Random Effects*  6 períodos, 27 estados | *Random Effects*  7 períodos, 27 estados | *Random Effects*  6 períodos, 27 estados | | *Random Effects*  7 períodos, 27 estados | | *Random Effects*  6 períodos, 27 estados | | *Random Effects*  7 períodos, 27 estados | | *Random Effects*  6 períodos, 27 estados |
| Período | 1982-2006  Com intervalos | 1986-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1986-2006  Com intervalos | | 1982-2006  Com intervalos | | 1986-2006  Com intervalos | | 1982-2006  Com intervalos | | 1986-2006  Com intervalos |
| Observações | 179 | 157 | 179 | 157 | | 179 | | 157 | | 179 | | 157 |
| *R-squared (within)* | 0.25 | 0.23 | 0.21 | 0.18 | | 0.00 | | 0.00 | | 0.26 | | 0.10 |

\*\*\*, \*\*, \* denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Entre parênteses, *t-stats* para *Fixed Effects* e valor *z* para *Random Effects*.

Com o objetivo de isolar ainda mais o efeito do índice de concentração política sobre a qualidade das políticas públicas e a performance econômica dos estados, o painel B apresenta os resultados relacionados às variáveis dependentes construídas através da diferença entre as médias das variáveis estaduais e nacionais. Nas colunas (1), (3), (5) e (7) a variável de concentração política (*Het*) é regredida com todas as variáveis dependentes e controlada geograficamente pela latitude[[12]](#footnote-12). Nesse painel o índice *Herfindahl* de concentração política só não foi significativo com relação à diferença da média de anos de estudos nos estados e a média nacional. A despeito disso, em suma, esses resultados ajudam a corroborar ainda mais os efeitos anteriores de que a competição política, mensurada através do índice *Herfindahl* de concentração, afeta a qualidade das políticas públicas e a performance econômica nos estados.

Nas colunas (2), (4), (6) e (8) as regressões foram controladas pela variável *dummy* que representa a ligação do governo estadual com relação ao governo federal. No entanto, essa variável explicativa só foi significativa com relação à variável de diferença entre os anos de estudo médio nos estados e a média nacional (coluna (6)).

Um ponto importante que também deve ser analisado diante desses resultados é o significado da interação do índice de concentração com a variável de controle geográfica latitude. Quando a variável explicativa *Het*\*Latitude é significativa ela está demonstrando que o efeito da concentração política sobre as variáveis dependentes depende da latitude do estado. O gráfico 1 do apêndice 1 demonstra os resultados da interação entre concentração política e latitude quando a variável dependente é a diferença entre a média de pobreza estadual e a média nacional. A linha representa o valor do coeficiente estimado do índice de concentração para cada latitude. As linhas pontilhadas são os limites inferiores e superiores para o intervalo de confiança de 95% para cada latitude. Se o intervalo contem o valor igual a zero para o coeficiente estimado podemos dizer que o coeficiente para essa latitude pode ser considerado estatisticamente igual a zero.

Desse modo, observa-se no gráfico que para latitudes baixas o coeficiente do índice de concentração é positivo e estatisticamente significante. Conforme a latitude aumenta o índice de concentração perde importância sobre a variável dependente sendo significativamente igual a zero para os estados que possuem uma latitude ao redor de 20.

Utilizando o índice de *checks & balances* elaborado no trabalho de Mueller *et al.* (2010) observamos a correlação entre a latitude de cada estado e o índice de *checks & balances* é muito alta, cerca de 80%. Dessa forma, uma maior latitude significa um maior índice de *checks & balance*. Logo o gráfico 1 do apêndice 1demonstra que o efeito da competição política é menor nos estados que possuem um maior índice de *checks & balances*. Em outras palavras, a competição política, mensurada pelo índice *Herfindahl* de concentração política tem o seu efeito relacionado ao desenvolvimento institucional (nível de *checks & balances*) de cada estado e para os estados com um alto nível de desenvolvimento institucional o efeito da competição passa a ser não significativo.

Os próximos resultados apresentados na tabela 2 são referentes à variável independente de competição política número de candidatos em cada eleição do estado (Cand.). Essa tabela também está dividida em dois painéis seguindo os mesmos objetivos da construção da tabela 1.

Na primeira coluna da tabela 2, painel A, a variável dependente taxa de pobreza média do estado é regredida com a variável independente número de candidatos. O coeficiente dessa variável é significativo a 1% e com o sinal esperado. As variáveis independentes de controle dessa regressão também apresentam coeficientes significativos a 1% e sinais corretos. O valor de 0.61 do *within-R2* indica que as três variáveis independentes também explicam grande parte da variação da taxa de pobreza média. Sendo assim podemos afirmar que a variável independente número de candidatos está correlacionada à taxa de pobreza. Portanto, através dessa variável, mais uma vez, a maior competição política mostrou-se correlacionada a uma menor taxa de pobreza nos estados.

Nas colunas (3), (4), (5), (6), (7) e (8) do painel A, a variável número de candidatos é regredida com relação às variáveis dependentes relacionadas à qualidade da oferta de bens públicos. O coeficiente da variável número de candidatos é significativo a 1% e apresenta o sinal esperado em todas as regressões. As variáveis independentes de controle só não são significantes na coluna (7), embora possuam o sinal esperado.

**Tabela 2 – Número de Candidatos**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | *Variáveis Dependentes* | | | | | | | |
| **Painel A** | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) |
|  | % Pobreza Média | % Pobreza Média | % Domic. com Água | % Domic. com Água | Anos de Estudo | Anos de Estudo | % Analf. | % Analf. |
| Cand. | -1.23  (-4.35)\*\*\* | -2.73  (-4.87)\*\*\* | 0.02  (5.26)\*\*\* | 0.06  (6.68)\*\*\* | 0.26  (8.33)\*\*\* | 0.37  (6.05)\*\*\* | -1.42  (-6.43)\*\*\* | -3.05  (-6.75)\*\*\* |
| Cand.\*Latitude | \_ | 0.09  (3.42)\*\*\* | \_ | -0.00  (-4.85)\*\*\* | \_ | -0.00  (-2.70)\*\*\* | \_ | 0.10  (4.76)\*\*\* |
| Latitude | \_ | -1.17  (-5.26)\*\*\* | \_ | 0.01  (5.49)\*\*\* | \_ | 0.01  (0.49) | \_ | -0.80  (-4.68)\*\*\* |
| Pib per capita | -1.72  (-4.12)\*\*\* | -1.97  (-6.19)\*\*\* | 0.01  (1.93)\* | 0.02  (4.94)\*\*\* | 0.18  (4.11)\*\*\* | 0.26  (8.91)\*\*\* | -0.43  (-1.33) | -0.95  (-3.87)\*\*\* |
| Gini | 161.96  (8.03)\*\*\* | 168.21  (9.23)\*\*\* | -1.06  (-2.79)\*\*\* | -1.24  (-4.23)\*\*\* | -7.03  (-3.16)\*\*\* | -7.82  (-4.19)\*\*\* | 25.46  (1.61) | 46.50  (3.22)\*\*\* |
| Constante | -34.40  (-2.70)\*\* | -20.74  (-1.77)\* | 1.09  (4.52)\*\*\* | 0.89  (4.76)\*\*\* | 6.72  (4.79)\*\*\* | 6.67  (5.61)\*\*\* | 13.87  (1.39) | 15.63  (1.69)\* |
| Método | Fixed  Effects  7 períodos, 27 estados | Random  Effects  7 períodos, 27 estados | Fixed  Effects  7 períodos, 27 estados | Random  Effects  7 períodos, 27 estados | Fixed Effects  7 períodos, 27 estados | Random  Effects  7 períodos, 27 estados | Fixed Effects  7 períodos, 27 estados | Random  Effects  7 períodos, 27 estados |
| Período | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos |
| Observações | 179 | 179 | 179 | 179 | 179 | 179 | 179 | 179 |
| *R-squared (within)* | 0.58 | 0.61 | 0.34 | 0.41 | 0.56 | 0.57 | 0.34 | 0.42 |
| **Painel B** | (1) | (2) | (3) | (4) | (4) | (6) | (7) | (8) |
| Diferença  (Taxa de Pobreza) | Diferença  (Taxa de Pobreza) | Diferença (% Domic. com Água) | Diferença (% Domic. com Água) | Difer.  (Anos de Estudo) | Difer.  (Anos de Estudo) | Difer.  (Taxa de Analf.) | Difer. (Taxa de Analf.) |
| Cand. | -0.00  (-0.01) | 0.29  (0.62) | 0.02  (3.82)\*\*\* | 0.01  (2.67)\*\*\* | -0.04  (-1.49) | -0.06  (-1.66)\* | -1.38  (-4.46)\*\*\* | -0.91  (-3.02)\*\*\* |
| Cand.\*Latitude | 0.02  (1.14) | 0.01  (0.80) | -0.001  (-4.55)\*\*\* | -0.001  (-3.81)\*\*\* | 0.00  (1.09) | 0.00  (1.11) | 0.06  (4.56)\*\*\* | 0.05  (3.68)\*\*\* |
| Latitude | -1.31  (-6.25)\*\*\* | -1.28  (-6.13)\*\*\* | 0.01  (7.29)\*\*\* | 0.01  (6.90)\*\*\* | 0.02  (1.77)\* | 0.02  (1.52) | -0.89  (-6.04)\*\*\* | -0.78  (-5.72)\*\*\* |
| Pib per capita | -0.55  (-1.95)\* | -0.57  (-2.06)\*\* | 0.01  (3.12)\*\*\* | 0.009  (2.69)\*\*\* | 0.06  (3.29)\*\*\* | 0.08  (3.76)\*\*\* | -0.26  (-1.34) | -0.26  (-1.51) |
| Gini | 93.40  (6.15)\*\*\* | 103.84  (6.41)\*\*\* | -0.63  (-3.17)\*\*\* | -0.86  (-4.20)\*\*\* | -0.40  (-0.37) | -1.43  (-1.15) | 11.45  (1.09) | 30.27  (2.96)\*\*\* |
| Governo ligado ao partido do Presidente | \_ | -0.87  (-0.95) | \_ | 0.00  (0.59) | \_ | 0.13  (1.92)\* | \_ | -0.78  (-1.36) |
| Constante | -29.55  (-3.00)\*\*\* | -36.39  (-3.44)\*\*\* | -0.02  (-0.18) | 0.14  (1.11) | -0.69  (-0.97) | -0.19  (-0.23) | 11.54  (1.69)\* | -1.46  (-0.22) |
| Método | Random Effects  7 períodos, 27 estados | Random Effects  6 períodos, 27 estados | Random Effects  7 períodos, 27 estados | Random Effects  6 períodos, 27 estados | Random Effects  7 períodos, 27 estados | Random Effects  6 períodos, 27 estados | Random Effects  7 períodos, 27 estados | Random Effects  6 períodos, 27 estados |
| Período | 1982-2006  Com intervalos | 1986-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1986-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1986-2006  Com intervalos | 1982-2006  Com intervalos | 1986-2006  Com intervalos |
| Observações | 179 | 157 | 179 | 157 | 179 | 157 | 179 | 157 |
| *R-squared (within)* | 0.19 | 0.23 | 0.17 | 0.21 | 0.0002 | 0.01 | 0.15 | 0.16 |

\*\*\*, \*\*, \* denotam significância estatística à 1%, 5% e 10% respectivamente.

Entre parênteses, *t-stats* para *Fixed Effects* e valor *z* para *Random Effects*.

Já no painel B, no qual a variável independente número de candidatos é regredida com as variáveis dependentes construídas através da diferença entre as variáveis estaduais e as nacionais, a variável Cand. permanece significativa com relação à diferença entre a taxa de domicílios com água no estado e a taxa nacional, e com relação à diferença da taxa de analfabetismo no estado e a taxa nacional.

Esses resultados demonstram que a variável de competição política, número de candidatos, está correlacionada a uma melhor provisão de bens públicos, uma vez que uma maior competição política medida através dessa variável é correlacionada a uma maior porcentagem de domicílios com água encanada e a um melhor nível de escolaridade da população. Embora os resultados não sejam os mesmos de quando utilizamos a variável de concentração política, estes permanecem significantes com relação às variáveis dependentes mais influenciadas pelas políticas estaduais.

Com relação à variável de interação Cand.\*Latitude essa é significativa sempre que a variável independente número de candidatos é estatisticamente relevante na regressão. Ao observarmos no apêndice 1 o gráfico 2 de significância da variável de interação, quando essa é regredida com a variável dependente que representa a diferença entre a taxa de analfabetismo nos estados e a taxa de analfabetismo nacional, verificamos que o coeficiente da variável número de candidatos é negativo e significante para latitudes pequenas e que passa a ser positivo e significante para latitudes elevadas. Ou seja, o efeito da variável de competição, número de candidatos, muda completamente à medida que a latitude dos estados aumenta. Esse resultado demonstra que o efeito da competição política sobre as variáveis dependentes não é necessariamente linear e, devido à correlação entre latitude e o índice de *Checks & Balances*, depende do grau de desenvolvimento das instituições em cada estado. Esse fato também pode ser observado sobre a variável de concentração política.

**5. Conclusão**

Hoje uma discussão constante existente nas sociedades modernas é a real necessidade do regime democrático para o desenvolvimento econômico. Tanto países que adotaram regimes ditatoriais (China e Singapura) como países com regimes democráticos têm apresentado nos últimos anos uma performance econômica diversificada, o que dificulta a argumentação de que para um crescimento sustentável economicamente seja necessária a adoção de um regime democrático dentro das sociedades.

É claro que outros aspectos institucionais e econômicos também exercem um papel essencial na performance econômica dos países. A título de exemplo podemos citar o estoque de investimentos, o nível de integração econômica com outros países, os investimentos estrangeiros e o nível da atividade do mercado internacional como fatores que possuem um papel importante no desempenho da economia e nas políticas adotadas pelos governantes.

No entanto, diante dessa discussão sobre qual regime político é capaz de gerar os melhores incentivos a um desenvolvimento sustentável, alguns autores apontam a importância da liberdade política para tal desenvolvimento. Sen (1999, 2009) afirma que para a compreensão e satisfação das necessidades econômicas de uma sociedade através de um processo de escolhas bem fundamentadas e refletidas é indispensável a existência de debates públicos abertos, livres e esclarecedores, e para isso faz-se necessário a garantia de liberdade política e dos direitos civis básicos que só são possíveis diante de um regime democrático desenvolvido. Ou seja, para que as necessidades da sociedade sejam levadas em consideração pelos tomadores de decisão é preciso que haja uma discussão e diálogo dentro da própria sociedade, o que é possível apenas quando as liberdades políticas são devidamente respeitadas.

Essa liberdade política só existe no regime democrático que se caracteriza principalmente pela formação de um ambiente institucional que possibilita a competição política no qual o debate se estabelece. Diante dessa liberdade a competição pelo poder torna-se, segundo diversos autores (ACEMOGLU e ROBINSON, 2000; ASHWORTH *et al.*, 2007; BESLEY *et al.*, 2006; CHAMOM *et al.*, 2008; GARCIA-VEJA e HERCE, 2005; PADOVANO e RICCIUTI, 2008; PARENTE e PRESCOTT, 1999), o meio pelo qual são criados os incentivos necessários para a adoção de políticas públicas eficientes que resultem no desenvolvimento social e econômico.

Dessa forma este trabalho elabora uma discussão ampla sobre os efeitos e os meios pelos quais a competição política pode afetar o desenvolvimento econômico fornecendo uma análise empírica que corroborar os efeitos positivos da competição política. O estudo empírico deste trabalho foi capaz de estabelecer uma série de controles, uma vez que foi realizado entre ambientes políticos semelhantes institucionalmente. As duas variáveis de competição política, índice *Herfindahl* de concentração política e o número de candidatos que concorrem em cada eleição nos estados, mostram-se significantes em quase todos os controles estabelecidos e demonstram que a competição política está relacionada às variações na taxa de pobreza, ao percentual de domicílios com água encanada, à média de anos de estudo e à taxa de analfabetismo nos estados. Esses resultados corrobora o que muitos autores, como Sen (1999), que defendem uma análise da performance econômica além dos simples indicadores de PIB e PIB per capita, afirmam ser uma evidência direta de efeitos sobre o desenvolvimento econômico. Sendo assim, a análise empírica fornece evidências de que a competição política afeta a performance econômica dos estados brasileiros e a qualidade das políticas públicas adotadas positivamente. O fato de que os resultados tenham sido obtidos através da variável de concentração política também lança evidências de que a adoção de políticas ineficientes emerge quando os grupos de interesses capturam o processo democrático, o que corrobora os modelos de Acemoglu e Robinson (2000) e Parente e Prescott (1999).

Diante desses resultados, aceitando os argumentos de Sen (1999, 2009), Stigler (1972), Svensson (1998) e assumindo a importância das instituições, defendida por North (1994), Acemoglu *et al.* (2002), (2001a), (2001b), Ostrom (2000), Olson (1993), a explicação para a boa performance de regimes não democráticos pode estar mais relacionada a aspectos econômicos que estejam prevalecendo para o bom resultado econômico, do que aos efeitos provocados pelo regime institucional adotado. Em outras palavras, os regimes ditatoriais podem até apresentar uma boa performance econômica, mas certamente essa performance está relacionada a outras características que também afetam o desenvolvimento econômico como, por exemplo, o estoque de investimento e o custo de produção, do que aos efeitos gerados pelo regime não democrático.

Em suma, a escolha do regime político não define a performance econômica dos países, mas, com a mesma certeza, influencia o desenvolvimento econômico à medida que gera os incentivos adequados sobre os formuladores de políticas públicas. Sen expõe isso de forma clara em uma passagem do seu livro *The Idea of Justice*.

O sucesso da democracia não é uma questão somente de possuir a mais perfeita estrutura institucional que podemos idealizar. Isso depende invariavelmente da nossa tendência de comportamento atual e dos resultados das interações políticas e sociais. Não há nenhuma chance de encerrar o assunto simplesmente na segurança das mãos de virtuosas instituições. O resultado das instituições democráticas, assim como de todas as outras instituições, depende das atividades dos agentes humanos em utilizar as oportunidades para realizações razoáveis. (SEN, 2009, p. 354)

**Bibliografia**

**ACEMOGLU**, Daron, **JOHNSON**, Simon & **ROBINSON,** James A. (2001a), “The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation”. *The American Economic Review*, Vol. 91, nº 5, pp. 1369-1401.

**ACEMOGLU**, Daron, **JOHNSON**, Simon & **ROBINSON,** James A. (2001b), “An African Success Story: Botswana”. [*CEPR Discussion Paper* nº 3219](JavaScript:WinOpen(223793);).

**ACEMOGLU**, Daron, **JOHNSON**, Simon & **ROBINSON,** James A. (2002), “Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution”. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 117, nº 4, pp. 1231-1294.

**ACEMOGLU**, Daron & **ROBINSON,** James A. (2000), “Political Losers as a Barrier to Economic Development”. *The American Economic Review*, Vol. 90, nº 2, Papers and Proceedings of the One Hundred Twelfth Annual Meeting of the American Economic Association (May, 2000), pp. 126- 130.

**ASHWORTH**, John, **GEYS**, Benny, **HEYNDELS**, Bruno & **WILLE**, Fanny. (2007), “Political Competition and Local Government Performance: Evidence from Flemish Municipalities”. *Public Finance and Management*, 9(1), 1-29.

**BARRO**, Robert J. (1996), “Getting It Right: Markets and Choices in a Free Society”. Cambridge, MA: MIT Press.

**BERNARDO**, Mueller, **ALSTON**, Lee, **MELO**, Marcus & **PEREIRA,** Carlos. (2010), “TheChoices Governors Make: The Roles of Checks and Balances and Political Competition”. Preliminary and Incomplete Draft.

[**BESLEY**, Timothy J., **[PERSSON](http://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=20404" \t "_blank" \o "View other papers by this author)**[, Torsten &](http://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=20404" \t "_blank" \o "View other papers by this author)[**STURM**, Daniel M. (2006), “Political Competition and Economic Performance: Theory and Evidence from the United States”.](http://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=92215)[*NBER Working Papers Series* nº W11484](JavaScript:WinOpen(209249);).](http://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=21808)

**CHAMON**, Marcos, **MELLO**, João M. P de & **FIRPO**, Sergio. (2008), “Electoral Rules, Political Competition and Fiscal Spending: Regression Discontinuity Evidence from Brazilian Municipalities”. PUC-Rio Discussion Paper nº 559.

**FERRAZ**, Claudio & **FINAN**, Frederico. (2008), “Motivating Politicians: The Impacts of Monetary Incentives on Quality and Performance”. *IZA Discussion Paper Series,* nº 3411.

**FERRAZ**, Claudio & **FINAN**, Frederico. (2009), “Political Power Persistence and Economic Development: Evidence from Brazil's Regime Transition”. Preliminary and Incomplete Draft.

**FIORINO**, Nadia & **RICCIUTI**, Roberto. (2009), “Interest Groups and Government Spending in Italy, 1876-1913”. *CESifo Working Paper* nº 2722.

**GARCIA-VEGA**, Maria & **HERCE**, Jose A. (2005), “Does tenure in office affect regional growth? The case of Spanish regions”. [*Public Choice*](http://www.springerlink.com/content/0048-5829/) DOI: 10.1007/S11127-009-9584-Y

**GROSSMAN,** Gene M. & **HELPMAN**, Elhanan. (2001), “Special Interest Politics”. The MIT Press.

**HENISZ**, Witold J. & **ZELNER**, Bennet A. (2003), “The strategic organization of political risks and opportunities”. *Strategic Organization* Vol 1(4): 451–460.

**NARITOMI**, Joana, **SOARES**, Rodrigo R. & **ASSUNÇÃO**, Juliano J. (2007), “Institutional Development and Colonial Heritage within Brazil”. *The Journal of Economic History*.

**NORTH**, Douglass C. (1994), “Economic Performance Through Time”. *The American Economic Review,* Vol. 84, Issue 3 (jun., 1994), 359-398.

**OLSON**, Mancur. (1993), “Dictatorship, Democracy, and Development”. *The American Political Science Review*, Vol. 87, nº 3 (Sep., 1993), pp. 567-576.

**OSTROM**, Elinor. (2000), “Collective Action and the Evolution of Social Norms”. *The Journal of Economic Perspectives,* Vol. 14, nº 3, 137-158.

**PARENTE**, Stephen L. & **PRESCOTT**, Edward C. (1999), “Monopoly Rights: A Barrier to Riches”. *The American Economic Review*, Vol. 89, nº 5 (Dec., 1999), pp. 1216-1233.

**PIRONI**, Cristiane Rachel. (2008), “Igualdade política e financiamento de campanhas eleitorais”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

**POTTERS**, Jan & **SLOOF**, Randolph. (1996), “Interest groups: A survey of empirical models that try to assess their influence”. *European Journal of Political Economy*, Vol. 12, pp. 403-442.

**PRZEWORSKI**, Adam, *et al.* (1995), “Sustainable Democracy”. Cambridge: Cambridge University Press.

**SEN,** Amartya Kumar. (1999), “Development as freedom”. New York: Alfred A Knopf.

**SEN,** Amartya Kumar. (2009), “The Idea of Justice”. The Belknap Press of Harvard University Press.

**SILVA**, José Afonso da. (2002), “Curso de Direito Constitucional Positivo”. 20. ed. rev. São Paulo: Malheiros, (2002).

**STIGLER**, G. (1972), “Economic performance and political competition”. *Public Choice* 13, 91-106.

**SUMMERHILL**,William. (2010), “Colonial Institutions, Slavery, Inequality,and Development: Evidence from São Paulo, Brazil”. *MPRA* (Munich Personal RePEc Archive), Paper nº 22162, posted 17 April, 2010.

**SVENSSON**, Jakob. (1998), “Controlling Spending: Electoral Competition, Polarization and Endogenous Platforms”. *Mimeo*, The World Bank.

**ZOVATTO**, Daniel. (2005), “Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada”. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 2, out., pp. 287-336.

**Apêndice 1**

Gráfico 1 Gráfico 2



**Apêndice 2**

A construção dessa variável foi realizada a partir da formulação de uma tabela com o nome de todos os candidatos a governadores dos estados brasileiros vitoriosos em cada eleição. Posteriormente, foi efetivado um estudo da relação entre cada candidato vencedor e o governador antecessor para identificar se o governador eleito em cada eleição estava relacionado ao governador anterior, pois dessa forma ficou mais fácil identificar a relação entre os governadores no decorrer das eleições.

Para a realização dessa análise as seguintes características foram observadas em cada eleição. Primeiro observou-se se o candidato eleito estava sendo reeleito ou se o candidato vencedor era do mesmo partido (ou da coligação do partido) do governador do período anterior. Caso ele houvesse sido reeleito ou fosse do mesmo partido (ou da coligação), o político eleito representaria o mesmo grupo do seu antecessor. Caso não constatasse essas características no candidato, então um segundo grupo de análise era realizado. Nessa segunda etapa se o candidato eleito fosse vice-governador do antigo governador ou se esse tivesse participado da formação do governo deste, o governador seria considerado pertencente ao mesmo grupo político do seu antecessor.

Essa primeira verificação já foi capaz de identificar a grande maioria das relações entre os governadores, no entanto, alguns casos necessitaram de uma análise mais profunda. Na situação na qual nenhuma dessas verificações tenha sido capaz de identificar a relação entre os governadores, um estudo da história política do governador atual foi realizado. Verificando os endereços eletrônicos dos governos estaduais, dos partidos políticos, e de jornais estaduais de cada estado foi possível constatar se o governador atual era aliado político do governador anterior ou não em cada eleição. Após isso uma tabela foi montada indicando se houve troca do grupo político em cada eleição.

Com essa informação uma terceira etapa teve início, buscando-se identificar se os governadores estavam relacionados a governadores mais antigos do que o seu antecessor. Para isso mais uma vez foi realizado um estudo dos partidos (controlando pela troca de partidos dos governadores e pela extinção e fusão partidária) e da história política de cada governador. Em Sergipe, por exemplo, durante todo o período analisado tivemos apenas três grupos políticos ocupando o governo do estado. A primeira alteração ocorre em 2002 quando João Alves Filho vence as eleições derrotando Francisco Rollemberg (candidato apoiado por Albano do Prado Pimentel Franco), demonstrando assim que João Alves não mais pertencia ao grupo político que apoiou Albano do Prado Pimentel Franco nas eleições de 1994. Posteriormente, Marcelo Déda Chagas (PT) vence João Alves nas eleições representando um novo grupo no governo do estado. A Tabela 3 abaixo apresenta alguns exemplos desse estudo.

**Tabela 3 – Exemplos de grupos políticos de governadores e construção dessa relação**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Estado | Ano | Governadores (Partido) | Coligação | História Política | Grupos |
| Sergipe | 1982 | Joao Alves Filho (PDS) | - |  | 1 |
|  | 1986 | Antonio Carlos Valadares (PFL) | - | Vice-governador de João Alves Filho em 1982. | 1 |
|  | 1990 | Joao Alves Filho (PMDB) | PDS - PMDB - PDC - PL - PFL - PCN - PMN - PRN - PRP – PSDB |  | 1 |
|  | 1994 | Albano do Prado Pimentel Franco (PSDB) | PSDB-PMDB-PFL-PPR-PRP-PPS-PL-PTB-PT do B-PSC-PSD |  | 1 |
|  | 1998 | Albano do Prado Pimentel Franco (PSDB) | PPB- PL-PSC-PMDB-PPS-PV- PSDB-PMN |  | 1 |
|  | 2002 | \*João Alves Filho (PFL) | PPB-PDT-PST-PPS-PFL-PHS-PSD-PT do B | Perdeu as eleições de 1998 para Albano e venceu o candidato apoiado por Albano (PSDB) em 2002 (Francisco Rollemberg). | 2 |
|  | 2006 | \*Marcelo Déda Chagas (PT) | PT-PTB-PMDB-PL-PSB-PC do B | Marcelo Chagas vence João Alves Filho (PFL) que disputava a reeleição. | 3 |
| Ceará | 1982 | Luiz de Gonzaga Fonseca Mota (PDS) | - |  | 1 |
|  | 1986 | \*Tasso Ribeiro Jereissati (PMDB) | - | Tasso de Jereissati vence Adauto Bezerra (PDS). | 2 |
|  | 1990 | Ciro Ferreira Gomes (PSDB) | PSDB-PDT-PDC | Ciro Gomes e Tasso Jereissati deixam o PMDB e migram para o PSDB. Nessas eleições são aliados políticos. | 2 |
|  | 1994 | Tasso Ribeiro Jereissati (PSDB) | PSDB-PDT-PTB |  | 2 |
|  | 1998 | Tasso Ribeiro Jereissati (PSDB) | PPB-PPS-PTB-PSD-PSDB |  | 2 |
|  | 2002 | Lúcio Gonçalo de Alcântara (PSDB) | PSDB-PPB-PSD-PV |  | 2 |
|  | 2006 | \*Cid Ferreira Gomes (PSB) | PSB-PT-PC do B-PMDB-PRB-PP-PHS-PMN-PV | Cid Gomes vence o candidato Lúcio Gonçalo de Alcântara (PSDB) que tentava a reeleição. | 3 |
| Mato Grosso do Sul | 1982 | \*Wilson Barbosa Martins (PMDB) | - | PMDB representava um partido de oposição ao regime militar. | 2 |
|  | 1986 | Marcelo Miranda Soares (PMDB) | - |  | 2 |
|  | 1990 | \*Pedro Pedrossian (PTB) | PRN-PDS-PL-PSD | Pedro Pedrossian vence o Gandi Jamil (PDT) que pertencia a uma coligação com o PMDB. | 3 |
| 1994 | \*Wilson Barbosa Martins (PMDB) | PMDB-PL-PSB-PSD-PV-PSDB-PCdoB) | Wilson Marins vence Levy Dias (PPR) que pertencia a uma coligação com o PTB. | 2 |
|  | 1998 | \*José Orcírio Miranda dos Santos (PT) | PT-PDT-PPS-PAN-PSB-PCdoB | José Miranda vence Ricardo Bacha (PSDB) que pertencia a uma coligação com o PMDB e na mesma eleição vence Pedro Pedrossian (PTB). | 4 |
|  | 2002 | José Orcírio Miranda dos Santos (PT) | PT-PSL-PTN-PSC-PL-PSDC-PSD-PC do B |  | 4 |
|  | 2006 | \*André Puccinelli (PMDB) | PMDB-PSC-PL-PPS-PFL-PAN-PRTB-PMN-PTC-PSDB-PT do B | André Puccinelli vence Delcidio do Amaral Gomez (PT) | 2 |

\* representa a troca do grupo político com relação ao grupo político do governador da eleição anterior.

1. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Brasília (UNB) [↑](#footnote-ref-1)
2. Esse índice é detalhadamente apresentado na seção 4.2. [↑](#footnote-ref-2)
3. Devido à dificuldade de dados durante o período estudado, Ferraz e Finan (2009) realizam a sua análise empírica apenas nos municípios dos estados de Alagoas, Ceará e Minas Gerais. [↑](#footnote-ref-3)
4. O PDS (Partido Democrático Social) foi um partido político de direita fundado em 30 de janeiro de 1980 após o fim do sistema bipartidário existente durante o regime militar. O PDS foi fundado por antigos integrantes do ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que formava a base política de sustentação do governo militar. Logo, uma vitória do PDS nas eleições para governador em 1982 não representou uma mudança do grupo que já estava estabelecido no poder. [↑](#footnote-ref-4)
5. O PIB Estadual per capita foi deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional. [↑](#footnote-ref-5)
6. O índice Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). [↑](#footnote-ref-6)
7. Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). [↑](#footnote-ref-7)
8. Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água através de rede geral com canalização interna ou através de poço ou nascente com canalização interna (IPEADATA). [↑](#footnote-ref-8)
9. Razão entre o somatório do número de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos de idade e o número de pessoas nessa faixa etária (IPEADATA). [↑](#footnote-ref-9)
10. Percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples (IPEADATA). [↑](#footnote-ref-10)
11. A competência administrativa exclusiva, segundo Silva (2002), é aquela que é atribuída a uma entidade com exclusão das demais, ou seja, a entidade federativa, nesse caso a União, não pode delegar a execução às demais entidades da federação (Estados, Distrito Federal e Municípios). [↑](#footnote-ref-11)
12. Nas colunas (1), (3), (5) e (7) o método utilizado é *random effects* devido à necessidade de utilizar a latitude como controle geográfico. Contudo, ao utilizar *fixed effects* os resultados não se diferenciam significativamente. [↑](#footnote-ref-12)